PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
GABINETE PARLAMENTAR DO VEREADOR/PRESIDENTE SILVIO NETO - UB

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
Aprovado em única Discusão
Por: unanimidade
Plenário: 15/05/2023
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
1º Secretaria

MOÇÃO DE APLAUSOS Nº. 164 /2023

Senhor Presidente

Manifestação de APLAUSOS a Comarca de Santarém, no oeste do Pará, que tem como o diretor, o juiz Gabriel Veloso de Araújo, pela passagem dos seus 190 anos de atividades.

A Câmara Municipal de Santarém, após os tramites legais, delineados pelo Regimento Interno desta Casa de Leis, manifesta elevados **VOTOS DE APLAUSOS**, a **COMARCA DE SANTARÉM**, pela passagem festiva dos seus 190 anos de fundação. Para isso uma vasta programação será realizada para comemorar a data, tendo à frente Magistrados e servidores – cujo tema festivo abordará os 190 anos de Justiça Social.

HISTÓRICO DA COMARCA – Durante o século XIX, o Brasil sofreu diversas transformações de ordem administrativa que afetaram grandes regiões como a então Província do Grão-Pará. Até 1833, a Província era composta de duas comarcas: a do Pará (com sede em Belém) e a da Ilha Grande de Joanes (com sede na vila do Marajó).
Dentro dessa política de mudança administrativa, o Conselho do Governo da Província do Grão-Pará em sua sessão de 14 de maio de 1833, determinou a criação dos termos judiciários de Porto de Moz, São José de Macapá, São Francisco de Assis de Monte Alegre, Santarém, Vila Franca, Óbidos, Faro, Maués, Barra, Ega e Barcelos. Nessa mesma sessão, a Província foi dividida em três grandes comarcas: a do Grão-Pará que abrangia a cidade de Belém e mais treze vilas (suprimindo a do Marajó); a do Alto Amazonas - com quatro vilas (onde hoje fica o Estado do Amazonas); e a do Baixo-Amazonas - com oito vilas (tendo Santarém como sede). O primeiro Juiz de Direito da Comarca do Baixo-Amazonas (Santarém) foi nomeado em 31 de maio de 1833, mas por circunstâncias desconhecidas não tomou posse do cargo e, em função disso, a Comarca ficou sem Juiz até que foi nomeado o bacharel em Direito Joaquim Rodrigues de Sousa, que passou a ser, de fato e de direito, o primeiro Juiz de Direito da Comarca de Santarém.
A criação das novas Comarcas se deu poucos anos antes da região vivenciar a Cabanagem (1835-1840), revolução popular que afetou a vida da população do Norte. Recém-chegado a Santarém, o primeiro Juiz teve como incumbência organizar a resistência oficial ao movimento e quando a cidade foi tomada pelos revolucionários cabanos, transferiu a sede da Comarca para a vila de Monte Alegre até 1840, quando a revolução terminou e as forças legalistas retomaram o controle das vilas.

O primeiro Juiz da Comarca de Santarém ainda ficou à frente desta até 1849, quando foi substituído pelo juiz José Bernardo de Loyola.

(com informações do site do TJPA e da obra "Tupaiulândia" – ICBS, 1999, de Paulo Rodrigues do Santos, págs. 192/232).

SILVIO NETO
Vereador/Presidente – União Brasil

1674

Departamento Legislativo
Recebido em: 15/05/23
16:45
Assinatura